

Garimpendo informação no museu

Marco Antonio Xavier¹

RESUMO:

Para uma compreensão mais profunda da História de uma localidade (no caso: Diamantina – Minas Gerais) é necessário que o historiador vá além da documentação escrita, usando outras fontes novas, como a História Oral, e inusitadas, como lendas e mitos. A tarefa do historiador lembra o trabalho de um garimpeiro, tentando identificar algo de valor em meio a uma grande quantidade de material. Esta metodologia forneceu as bases para um trabalho mais consistente, mas sem um viés acadêmico, abrindo várias possibilidades de pesquisa histórica. Acreditando que o trabalho num museu deva ser interdisciplinar e integrado a uma ação curatorial, paralelo às pesquisas foi feito um projeto para uma nova expografia, que está na fase de discussão e estudo de viabilidade.

Palavras-chave: Nova museologia, museu regional, Diamantina, expografia.

ABSTRACT:

For a deepest comprehension of local History (Diamantina – Minas Gerais – Brazil) it's necessary the historiator go beyond the normal documentation (books, manuscripts, etc) using other fonts, new like Oral History and unusual like legends and myths. The task of a historiator is like the work of a miner, trying to identify something valuable in a big quantity of material. That methodology makes the basis of a more consistence work, without an academic view, in broad possibilities of Historical researches. Having in mind the museum works be interdisciplinary and integrated to a curatorial action, in parallel of the research we make a new expographic project (under discussion).

Keywords: New museology, regional museum, Diamantina, expography.

1. O “bandeirante” e a “descoberta das pedras preciosas”

Aqueles que acham que as tarefas de um historiador se resumem à leitura de textos, cotejando as informações, comparando-as com os documentos originais para, depois, escrever textos carregados de erudição e cheios de citações, têm uma visão limitada das possibilidades de pesquisa que este profissional pode (e deve) realizar.

À parte as técnicas de pesquisa, que lhe permitem “descobrir e comparar” dados e informações, o historiador deve sempre se lembrar que não escreve somente para seus pares acadêmicos, entendendo que as informações históricas devem atingir o maior número de

¹Mestre em História Social (FFLCH-USP) e Especialista em Museologia (CEMMAE-USP) trabalha como historiador no Museu do Diamante (MinC – IBRAM).

pessoas, não necessariamente de forma popularesca, mas de maneira clara e acessível, sem que isto resulte em reducionismos e distorções. Ele deve deixar o mais claro possível seus posicionamentos frente aquelas questões apontadas e discutidas nos textos; deve estar apto para defender suas conclusões, com argumentos reais e minimamente comprováveis e, mais que tudo, pronto a aceitar outros argumentos e conclusões, mesmo que refutem os seus.

Por vezes, a tarefa do historiador lembra o trabalho de “apuração” de um garimpeiro, tentando identificar algo de valor em meio a uma grande quantidade de material; outra semelhança reside na observação da “lavra” e das ações dos “veteranos”.

Este longo preâmbulo, na verdade, é para que entendam a forma de trabalho que adotei no curto período (pouco mais de um ano e meio) em que trabalhei como historiador do Museu do Diamante² (Diamantina – Minas Gerais).

A situação que se apresentava era a do “estrangeiro” que, apesar de falar a mesma língua, chegava do maior centro urbano do país para uma cidade pequena e interiorana, mas que apresenta história e cultura riquíssimas. Era necessária, antes de tudo, a “tradução” (compreender a razão de ser) dos valores, práticas e costumes centenários, não como antigos antropólogos, que observavam “de longe” o “universo” de sua pesquisa, mas como alguém que quer se integrar a esta sociedade, aprendendo com ela e partilhando conhecimentos e vivências.

Devemos compreender os ritmos da cidade, suas carências, suas tendências, seus valores, seus anseios; tudo isso se faz tendo em mente a concepção de tempo contínuo, onde passado, presente e futuro não são individualizados para serem estudados separadamente, mas relativizados, “dialogando” entre si.

Este painel forneceu as bases para um trabalho mais consistente, mas sem um viés acadêmico, abrindo várias possibilidades de pesquisa histórica.

2 . A “lida diária” e a “garimpagem”

É quase um cacoete para os historiadores, inicialmente, procurar algum texto sobre o seu objeto de estudo, mas eles não devem se limitar aos “escritos”, muitas vezes laudatórios e oficiais. Desta forma, além das leituras de autores (que trataram da história do Distrito Diamantino, da Inconfidência e da sociedade escravagista) e de alguns documentos, houve a

² Órgão ligado ao Instituto Brasileiro de Museus, do Ministério da Cultura.

observação de hábitos e costumes próprios da cidade, além de conversas com antigos moradores e garimpeiros, para identificar temas recorrentes, que incluíam até mesmo lendas e mitos locais.

Podemos resumir este processo de “aprendizado” com a análise de três figuras históricas, todos naturais do Tijuco/Diamantina: o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK), a ex-escrava Chica da Silva e o conjurado Padre Rolim (José da Silva e Oliveira Rolim).

Quando se pergunta a algum dos moradores qual a figura histórica, natural da cidade, mais importante e/ou conhecida, invariavelmente as citações recaem sobre JK e Chica da Silva, por uma série de razões: a televisão e o cinema já exploraram (e continuam a explorar) estes personagens, ajudando a difundir uma mítica sobre suas vidas, onde os “valores” agregados a eles são mais importantes (e interessantes) que a “análise dos fatos históricos”.

De longe, o mais popular é o “filho dileto” da cidade, o presidente JK. É comum ver adesivos nos carros da cidade com os dizeres: “JK, quando haverá outro?”. Sua imagem é bem conhecida, tendo sido estampada em notas e moedas, e seu nome foi dado a diversas obras, construções e até mesmo cidades. O ufanismo que cerca a sua figura não admite recriminações, como se a possibilidade de torná-lo uma pessoa comum denegrisse suas realizações e atos. O Projeto-lei nº138/1947, de criação do Museu do Diamante (e da Biblioteca Antonio Torres) é de sua autoria, mas só se concretizou em 1954, pela Lei nº 2.200.

A outra personagem histórica lembrada é a mulata Francisca da Silva, escrava alforriada que se tornou amante de duas figuras eminentes do Distrito Diamantino (a mais conhecida e de relação mais duradoura foi o contratador João Fernandes). Praticamente tudo que se fala dela são suposições ou histórias criadas pela população, desde sua época (séc. XVIII) até nossos dias, sem base em documentação ou relatos de época. Nela são enaltecidas a sensualidade, o espírito forte e alguns (pré)conceitos sobre o papel da mulher na sociedade (mãe, amante, subserviente, frágil etc.); enfim, uma mescla de conceitos e valores que incluem a condição das mulheres e dos escravos na sociedade dos tempos coloniais. Dela não há representações ou “imagens de época”, mas seu nome é usado, com fins de atrativo turístico, em dezenas de estabelecimentos comerciais e produtos.

Finalmente, chegamos ao “inconfidente” Padre Rolim, cuja memória dos feitos e fatos foi relegada a algumas poucas menções em textos³ e a nome de ruas. Apesar de ser o único

3 Com exceção do livro: ALMEIDA, Roberto Wagner. **Entre a cruz e a espada**: a saga do valente e devasso padre Rolim. São Paulo: Paz e Terra. 2002.

participante da região (Distrito Diamantino) na Conjuração Mineira⁴, sendo considerado um dos membros mais ativos e engajados daquela tentativa de revolta, ele é pouco conhecido e comentado. Mesmo o Museu, cujo edifício pertenceu e foi residência do Padre Rolim, com exceção de uma pequena placa na entrada, não conta a história deste indivíduo marcante, quase uma síntese dos súditos portugueses (abastados) nascidos no Brasil e de suas relações na sociedade colonial do séc. XVIII.

No momento, só posso conjecturar que isso se deva a complexa e controversa personalidade do Padre Rolim, tido como contrabandista de diamantes e traficante de escravos, um mulhereiro inveterado que teria se tornado padre por imposição de pais e maridos indignados do Arraial do Tijuco. Tal pessoa não se encaixa nos padrões dos personagens históricos comumente utilizados pela historiografia oficial.

Não cabe aqui discutir os dados desta pesquisa e as conclusões que tirei deles, mas ficou patente que a “persona histórica” do Padre Rolim merecia uma melhor divulgação dentro das atividades do Museu, resultando numa “contação de história”, durante a 9ª Semana Nacional de Museus (2011), e a introdução do Canto XLV, do *Romanceiro da Inconfidência* de Cecília Meireles, que versa só sobre este indivíduo (fechando o percurso sugerido no projeto da nova expografia).

3. “Lapidando o acervo”

Trabalhando com os demais membros da equipe do museu, seja no atendimento ao público (estudantes, turistas, acadêmicos, profissionais da mídia, população dos Distritos etc) ou na pesquisa com os objetos, percebi as possibilidades que o acervo do Museu tem para comunicar uma “história”. Mas, como sempre digo, “o acervo não tem boca” e, portanto, não pode, por si só, informar aos seus apreciadores e nem estruturar um “discurso museal”. Vou dar um exemplo que sempre uso em palestras⁵ para a “formação de professores”: tomemos um grilhão ou algema (ou a imagem deles); invariavelmente as pessoas os associam (quando

4 O termo Inconfidência é, de certa forma, pejorativo, pois implica um posicionamento histórico pró-Metrópole, contrário ao papel anti-colonial e separatista do movimento.

5 Este é um trabalho feito em parceria com o Setor Educativo do Museu, preparando os professores, especialmente os da rede pública, para utilizarem as visitas aos museus como algo mais que simples ilustração ou divertimento, buscando estruturar as visitas em função de eixos temáticos e níveis de aprendizado, sem que elas percam seu caráter de educação não formal.

pertencem ao acervo de um museu) à escravidão e aos maus tratos com os escravos e, com um traço de penúria, “lamentam a sorte” daquelas pessoas; neste momento chamo a atenção que aqueles objetos são simplesmente “instrumentos de contenção, aprisionamento ou punição”, mas nada indica que tenham sido ou como foram utilizados e nem quem fez uso deles. Esta é a função da museografia: “contar” a história associada àquele objeto, explicando seu contexto histórico, relativizando seu uso/função em relação ao seu tempo e o nosso.

Por causa disso, a criação de uma nova expografia deve envolver todos os setores e equipes de um museu, pensando e dando sugestões e soluções que serão analisadas “tecnicamente”, mas sem um caráter impositivo e castrador. A reformulação deve levar em conta os anseios do(s) público(s), mas sem concessões ao “lugar comum” ou as “mistificações”; a clareza das informações não pode ser confundida com simplificações rasas, da mesma forma que estereótipos e preconceitos devem ser eliminados ou discutidos, se esta for a função da exposição.

Também não se trata de estruturar um discurso museal que seja um espelho ou um simulacro da história da cidade, mesmo porque a História é reescrita constantemente, com base nas informações reveladas, nas vivências e costumes e nas memórias (individual e coletiva). O museu deve apresentar os vários pontos de vista sobre as coisas, não que tenha de ser imparcial ou conciliador, mas tão somente um espaço onde possa haver alguma forma de discussão.

Não existe acervo “pobre”, “sem valor”, “feio” ou “limitado”, porque outros valores podem ser agregados a ele, alterando estes (pré)juízos. Esta é a função de uma nova museologia, mais abrangente e consciente de sua missão.

4. Considerações Finais

Acredito que depois de um ano de vivências e estudos, cheguei a compreender (mesmo que não totalmente) a maneira de ser do “tijuquense” e as transformações que aconteceram em pouco mais de 300 anos de ocupação daquele território. Transplantar estas observações para o discurso museal, sendo didático sem ser impositor, é um desafio diário. Uma nova museografia, cujo projeto expográfico⁶ está em desenvolvimento, é o resultado

6 Que resultou na participação no II Seminário Internacional Ciência e Museologia: Universo Imaginário (UFMG/ECI – MUSAETEC) – 3 a 6 de outubro, Belo Horizonte – MG – com o trabalho apresentado em parceria com a museóloga Andréia Neves Figueredo: “*Garimpendo um acervo – o processo de reformulação expográfica do Museu do Diamante*”.

(não definitivo) desta pesquisa, além de lançar as bases para o delineamento de novas ações e projetos.